

# O CONCEITO DE ARREFLEXIA NA INTERVENÇÃO PRECOCE: PARTE I – A FUNÇÃO REFLEXIVA E A INTERSUBJETIVIDADE<sup>1</sup>

## The concept of arreflexia in early intervention: Part I - The reflexive function and intersubjectivity

INTA KARINA MULLER<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** A primeira parte deste trabalho visa a discorrer sobre a função reflexiva e seus caminhos rumo à formação da intersubjetividade nos primórdios do desenvolvimento infantil. O estabelecimento da função reflexiva tem um efeito protetor: possibilita à criança alcançar a regulação e o controle de suas próprias emoções, desenvolvendo segurança interna, autoestima e autonomia. Por sua vez, a função reflexiva efetiva do cuidador permite representações de *self* coerentes e integradas que serão internalizadas pelo psiquismo em formação.

**PALAVRAS-CHAVE:** função reflexiva, intersubjetividade, intervenção precoce.

**ABSTRACT:** The first part of this study aims to discuss the reflexive function and its paths towards the formation of intersubjectivity in the beginnings of child development. The establishment of the reflexive function has a protective effect: it allows the child to achieve the regulation and control of their own emotions, developing internal security, self-esteem and autonomy. In turn, the caregiver's effective reflexive function allows for coherent and integrated representations of the self that will be internalized by the psyche in formation.

**KEYWORDS:** reflexive function, intersubjectivity, early intervention

(...) um psicanalista como Winnicott mantém-se realmente no limite da psicanálise, porque tem o sentimento de que este procedimento não convém mais num certo momento. Há um momento em que não se trata mais de traduzir, de interpretar, traduzir em fantasmas, interpretar em significados ou em significantes (...). Há um momento em que se torna necessário partilhar, é preciso colocar-se em sintonia com o paciente, é preciso ir até ele partilhar seu estado. Trata-se de uma espécie de simpatia, de empatia, ou de identificação? (Deleuze, 1973/2006, p.322)

---

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido para a função de Supervisora do CEAPIA - Porto Alegre. Orientado e supervisionado por Alberto Konichekis.

<sup>2</sup> Psicóloga, Psicanalista. Especialista em Intervenção Precoce.

## Introdução

Nascemos e nos desenvolvemos com a necessidade de um outro que sustente nosso mundo pulsional, embasando a construção interna de um mundo psíquico primitivo, novo e original. Nesse momento inaugural do encontro entre os pais e seu bebê, inscrevem-se os registros primitivos de cada sujeito, bem como vai ganhando forma sua estruturação emocional, base de seus anos futuros. A existência dessa vida psíquica primária, em que o bebê sente e sofre suas raivas e alegrias, inúmeras e recorrentes vezes, é, em sua maior parte, desconhecida pelos adultos que o cercam. Em vista disso – e de outras situações adversas que podem surgir nesse momento primeiro –, poderá ocorrer uma interação prejudicada entre os personagens – pai, mãe e bebê – os quais poderão vir a se colocar em uma cena na qual o bebê parece não existir psiquicamente.

O que os pais necessitam ter desenvolvido para formar uma relação intersubjetiva com seu bebê? Como funcionaram quando crianças, com seus pais, e como estabelecem esta relação tão precoce com seus filhos? Iremos trilhar este caminho dos inícios.

## Da função reflexiva aos processos de simbolização

Assim como não concebemos sozinhos nosso ser corporal, não nos construímos psiquicamente sem a presença de uma outra subjetividade. Nossa organização psíquica depende não apenas do outro, dos acontecimentos e da maneira como os significamos, mas constrói-se, também, a partir da dialética que se estabelece entre nossos processos mentais e os ecos que estes receberam do ambiente.

Sabemos que o bebê se ocupa, desde seus primeiros meses de vida, com o mundo social (Stern, 1985), e que as relações precoces pais-bebê são complexas, com inúmeras interações afetivas acontecendo ao longo do desenvolvimento. De maneira inconsciente e contínua, a pessoa que cuida de um bebê, durante momentos interativos/intersubjetivos, atribui a ele um estado emocional, o que se torna gradualmente internalizado, formando o núcleo de um sentimento de existir subjetivo. Para que este desenvolvimento ocorra, é necessária uma função, de suma importância nas relações, denominada função reflexiva (Fonagy, Target, Gergely, Allen, & Bateman, 2003). Para Fonagy et al. (2003), a função reflexiva é a capacidade de compreender e interpretar o comportamento humano, levando em conta os estados mentais subjacentes. Pais/cuidadores com capacidade reflexiva promovem o apego com mais facilidade em suas crianças. Quando falham nessa função, aumenta a probabilidade de o *infans* estabelecer um vínculo de apego inseguro. Essas competências de observar e compreender os estados mentais do bebê, reconhecendo e nomeando suas experiências subjetivas, permite-lhe a aquisição dessas mesmas capacidades, instrumentalizando-o, com o tempo, a nomeá-las a si mesmo e aos outros.

O estabelecimento da função reflexiva tem também um efeito protetor: possibilita à criança alcançar a regulação e o controle de suas próprias emoções, desenvolvendo segurança interna, autoestima e autonomia. Por sua vez, a função reflexiva efetiva do cuidador permite representações de *self* coerentes e integradas que serão internalizadas pelo psiquismo em formação. Para isso, duas condições se fazem necessárias: a contingência e a discriminação. A contingência pressupõe que a resposta do cuidador deve combinar com o estado interno do bebê. Já a discriminação implica a capacidade do cuidador de expressar, em suas respostas, os sentimentos do bebê, e não os seus próprios. Se a função reflexiva do cuidador não for contingente, se não estiver em sintonia com a experiência primária do bebê, haverá a tendência de estabelecer uma estrutura narcisista e de falso *self* no psiquismo incipiente, no qual vão-se estabelecendo representações de estados internos não correspondentes à sua realidade. Por outro lado, se a criança percebe as respostas do cuidador como expressão dos próprios sentimentos deste, é estabelecida uma predisposição para experimentar externamente estados do *self*. Neste caso, o outro internalizado permanecerá alienado e desconectado das estruturas do *self* constitucional (Fonagy, Gergely, & Target, 2007; Winnicott, 1971/1975). O *self* alienado internalizado é ameaçador e motiva uma forte tendência de externalizar a parte alienada, projetando-a nos outros.

Assim, a expressão função reflexiva refere-se à operacionalização dos processos psicológicos subjacentes à capacidade de mentalizar (Fonagy & Bateman, 2006). Essa mentalização se desenvolve na medida em que um indivíduo experiencia a si mesmo na mente de um outro durante a infância, num contexto de apego seguro, processo que encontra seu ápice aos 4 anos de idade e envolve a capacidade de transformar impulsos em sentimentos, bem como a possibilidade de representar, simbolizar, sublimar, abstrair, refletir e deles extrair significado.

A psicoterapia trata da instauração ou da reativação da mentalização: busca estabelecer uma relação de apego seguro com o paciente, procurando utilizar essa relação para criar um contexto interpessoal em que a compreensão, a validação e o espaço de representação dos estados mentais do paciente possam se efetivar, enriquecendo ou construindo a subjetivação.

Quando a criança não utiliza sua mente para a compreensão dos estados emocionais, como uma forma de se subjetivar e se defender da ansiedade, do medo e do intenso sofrimento gerado por algumas experiências, percebemos a falha na mentalização. Porém, histórias abusivas vividas na infância com os cuidadores primários, bem como experiências de privação, não são suficientes para predizer apegos inseguros e psicopatologia na vida adulta (Fonagy, Gergely, Jurist, & Target, 2004). Se esses sujeitos tiverem a oportunidade de desenvolver a função reflexiva e a capacidade de mentalização, estarão protegidos contra muitos dos riscos que tais vivências implicam para o psiquismo. Para isso, uma condição favorável seria a possibilidade de construir uma narrativa coerente, representativa e integradora acerca da história e dos afetos traumáticos.

Sob outra perspectiva, Roussillon (2006) amplia que a função reflexiva seria uma função maleável, necessária para a adaptação do cuidador às necessidades do *infans*, promotora de tradução da criança para ela mesma e criadora da capacidade de comunicação corporal e emocional prazerosa e satisfatória para os envolvidos na interação, vital para instalação do processo de simbolização, da alteridade e da diferença. Roussillon (2015) aprofunda suas considerações sobre o papel e a função do objeto primário no desenvolvimento das capacidades de simbolização do bebê, descrevendo uma transferência recíproca na interação subjetiva entre o *infans* e o objeto, interação que nomeia como *rapport* com o aparelho de simbolização ou *rapport* com a atividade de simbolização do cuidador. Segundo ele, há uma série de necessidades do Eu cuja consideração favorece o desenvolvimento da simbolização e da apropriação subjetiva que ela torna possível. Desenha-se aí uma diferença entre o objeto a simbolizar e o objeto para simbolizar, bem como se delinea uma distinção entre a relação com o objeto e o uso do objeto, especificamente uso da função simbolizante do objeto. Este último aspecto, o uso da função simbolizante do objeto, deve garantir uma função defletora e uma função reflexiva para o psiquismo incipiente, funções que impedem o afastamento ou a retaliação do cuidador nas respostas que dá aos movimentos pulsionais do sujeito em formação em sua luta por subjetivação e amadurecimento.

Assim sendo, a simbolização não acontece por si só, é fruto de um trabalho interno que requer mais do que a simples retenção da descarga, uma vez que a qualidade e a natureza da ligação intrapsíquica são tão fundamentais quanto seus aspectos quantitativos, embora estes também repercutam na função intersubjetiva dos objetos edípicos em sua função simbolizante - ou potencialmente simbolizante - para a criança. Além disso, faz-se mister ressaltar que as características do *rapport* primário com o objeto tendem a se transferir para o *rapport* do outro através da atividade de simbolização e do reconhecimento simbólico que ele pode antecipar.

Importante lembrar que, para simbolizar ou desenvolver uma capacidade representativa, é necessário que a quantidade de excitação que flui pelo aparelho psíquico seja relativamente moderada, não excedendo a capacidade do psiquismo primitivo da criança. De outra forma, podemos dizer que um dos principais fatores de excitação percebido pelo bebê, a ausência ou a separação do objeto, não deverá exceder, em duração, suas capacidades de restabelecer, graças à representação, a continuidade psíquica necessária ao sentimento de si ou a seu restabelecimento.

Nesse sentido, Roussillon (2006) nomeia como o ato-descarga a descarga direta de grandes quantidades de excitação a qual impede o trabalho do pensamento por ele designado como o processo de mentalização. Isso porque, tal como ponderou Freud (1895/1987), quando a excitação é descarregada diretamente e de forma bruta, o aparelho fica esvaziado de energia, e o trabalho do pensamento não pode ser empreendido. O autor compreende esse ato-

-descarga como movimento de excorporação: retomando ideias propostas por Freud (1895/1987), sugere o ato-descarga como construto que embasa o modo de funcionamento psíquico primitivo no qual a descarga se dá pela via da motricidade, da alucinação ou da somatização. Assim sendo, no início da formação do aparelho psíquico, o ato-descarga cumpriria função defensiva e protetora, de forma elementar, sem ainda ser capaz de lançar mão de processos de simbolização psíquica.

A ideia de ato-descarga remete a propostas do “Projeto para uma Psicologia Científica” (Freud, 1895/1987) ao referir ser a dor uma ruptura da tela de proteção, produzindo grande aumento de tensão no psiquismo. A quantidade que, então, adentra o aparelho violentamente, tal qual um raio, provoca facilitações permanentes. Pelo rompimento das barreiras de contato, a quantidade excessiva percorre o psiquismo incipiente sem encontrar obstáculo algum, sendo descarregada diretamente, uma vez que o ego primitivo não consegue, ainda, tramitá-la.

Outro aspecto que funcionaria como mecanismo de paraexcitação para o bebê seria o fator protetivo de uma organização triangulada para conter a atração edípica. Seja através de uma referência ao pai na palavra, no desejo da mãe, na censura da amante, ou ainda evocada em diferentes enunciados e ações portadores de significantes de castração – proferidos e atuados pela mãe e esperados do pai – é que se concretiza a ideia fundamental de que é a manifestação, feita pelo objeto materno, de sua referência de desejo por um terceiro, o que permite ao sujeito sair da especularidade pré-simbólica e antisimbolizante, tal como nos propõe Roussillon (2006):

Não há simbolização sem um modo de organização edípico, não há simbolização sem um espaço entre dois outros sujeitos que instauram uma terceira função e um processo de metaforização de um para o outro. A paraexcitação por excelência é fruto da terceiridade que fundamenta o caráter organizador da dupla diferença, dos sexos, das gerações (p. 260).

Além das questões edípicas, Roussillon (2006) confere significativa importância à função continente da mãe ou do casal parental e, mais ainda, à função de *réverie* materna. Assim como na função espelho do ambiente primeiro descrita por Winnicott (1971/1975), devemos salientar as modalidades de vínculos primários que tornam possível a retenção energética necessária à atividade de simbolização.

Uma das proposições de Roussillon (2006) acerca do que se constitui como fundamental para o processo de simbolização ser construído diz respeito ao fato de que é no modo de presença dos objetos que a criança deve extrair os materiais da sua atividade representativa, e não apenas em sua ausência, como pontuou Freud (1920/1987). Isso porque a capacidade de *réverie* da mãe conservaria uma função metafórica, definida pelo autor como aquela que designa o conjunto de meios pelos quais o objeto vem em auxílio da criança, permitindo a esta ligar e conter suas sensações e afetos primários. Como aponta Bion (1979/1994), a presença do objeto em sua função alfa é que propiciará a transformação dos ele-

mentos beta, não metabolizados, em elementos alfa, metabolizados pela mãe e devolvidos em pequenas quantidades ao bebê que fará, por si mesmo, esse processo, mais adiante, quando da ausência do objeto. Esse trabalho de metaforização (Roussillon, 2006) realizado pelo objeto em modo de presença é importante na medida em que realiza o trabalho de contenção, necessário até que possam ser realizadas ligações psíquicas promotoras de representações simbolizantes pelo próprio *infans*. O fundamental para o desenrolar satisfatório de todo esse processo de construção da atividade e do aparelho psíquico é pontuado, com maestria, pelo autor (Roussillon, 2006):

Essa dupla necessidade, conhecer a alteridade do objeto e simbolizar com o objeto essa alteridade, define o encontro com o que chamei anteriormente o outro-sujeito. É um fato clínico que esta simbolização não possa ser total, mas a importância de seu progresso será determinante na capacidade do sujeito em simbolizar com um terceiro (cf. o funcionamento dos autoerotismos) a falta e a incompletude percebidas na relação com o objeto (p.265).

Assim, reitera que o *rapport* com o objeto diz respeito à dialética que se estabelece entre a relação com o objeto e o uso do objeto. Referindo o célebre construto de Winnicott sobre o objeto e o espaço transicional, propõe a ideia de que o registro da utilização do objeto diz respeito ao que chamou de objeto para simbolizar: objeto que se presta ao jogo da simbolização do sujeito, interação em que o cuidador aceita apagar ou atenuar a alteridade para permitir que a diferença se constitua com o tempo, de forma suave e estruturante. Dessa forma, o uso do objeto prolonga – particularmente no campo das necessidades do eu – a preocupação materna primária, a qual se desdobraria nos momentos dos jogos intersubjetivos, precursores da capacidade simbolizante.

Enquanto alguns psicanalistas teorizavam sobre a linearidade da relação com o objeto na fundação do psiquismo – a partir da frustração imposta à criança pela ausência – pressupondo que esse engendramento direto da descoberta da realidade a partir da frustração iria fomentar a construção de um aparelho de pensar e a habilidade de simbolização a partir da alucinação do objeto ausente, também Winnicott (1994) propôs uma complexificação: enlaça o uso do objeto – e sua articulação com a destrutividade, com a resposta do objeto durante a interação frustradora. Ou seja, enquanto a exterioridade era descoberta “no ódio”, como escreve Freud (1915/1987), diretamente oriunda da frustração e da destrutividade, Winnicott defende que o nascimento do mundo externo depende da resposta do objeto à destrutividade do sujeito, ponto inicial do registro da relação do objeto e do uso do objeto pelo aparelho psíquico primitivo. Em suma, as mudanças propostas por Winnicott têm como efeito aprofundar a resposta do objeto no processo de simbolização da criança: para ser descoberto, o objeto deve sobreviver à destrutividade dos afetos do bebê.

Já a abordagem de ataque aos vínculos proposta por Bion (1979/1994), nas patologias do narcisismo, aparece como uma maneira de tentar resgatar esta experiência que se pode chamar de experiência do objeto destruído/encontra-

do. A partir disso, poderíamos considerar a possibilidade da insuficiência das respostas do objeto em suportar e elaborar a destrutividade primária como o impedimento do processo adequado de formação do aparelhamento psíquico, tal como pressupõe Roussillon (2006):

Com o objeto assim descoberto em sua exterioridade, uma relação de objeto, necessariamente ambivalente, vai poder acontecer. O objeto 'sobrevive', é 'descoberto' como objeto da pulsão, ele é amado. Mas, ao mesmo tempo, o sujeito depende dele; o objeto pode estar ausente, faltar e por isso vai ser odiado. O início do trabalho de simbolização primária surgirá do necessário trabalho de reorganização a posteriori do mundo da experiência da ilusão primária, em função deste novo 'dado' da experiência subjetiva (p.264).

Dessa forma, será pela resposta do objeto à destrutividade que se estabelecerão as pré-condições para as possibilidades de simbolização. E importante é a lembrança de que, para que haja transformação da destrutividade em motor da atividade representativa, a mediação do objeto é condição imprescindível.

À medida que a preocupação materna primária diminui, é necessário que o objeto proponha à criança um processo de substituição para o que vem a lhe faltar. Esse processo de substituição se efetiva na medida em que o objeto vai propondo à criança possibilidades de transferir a experiência de falta para outros objetos convocados a se tornarem símbolos primários, denominados por Roussillon (2006) de objetos para simbolizar. Estes ajudarão a reduzir o intervalo que se instaura cada vez mais entre o "encontrado" e o "criado". Instaura-se aí a função simbolizante do objeto, a qual promove ferramentas para a criança simbolizar a falta.

Para Roussillon (2006), é importante que os objetos simbolizantes sejam propostos pelo próprio objeto. Essas atividades de simbolização, bem como o trabalho de autonomização e de luto que implicam, instigam o objeto em sua capacidade de sobreviver à apropriação subjetiva que permitem. A sobrevivência do objeto fica registrada na capacidade do bebê sentir continuidade de si apesar da falta, expressa no desejo e espera pelo reencontro, amparada pela capacidade nascente de alucinação da satisfação, passo fundamental para o desenvolvimento psíquico. Durante esse trabalho por parte do *infans*, o modo de acompanhamento do objeto precisa se dar de forma a espelhar a relação e tolerar a utilização de seus representantes-representações deslocados nesse jogo. A posição das respostas do objeto nesse deslocamento, a maneira pela qual o objeto as promove, foi denominada pelo autor (Roussillon, 2006) de função defletora do objeto e constitui mais um aspecto vital do *rappor*t com o objeto.

O jogo pode ser outro analisador dessa relação primordial: permite, a *posteriori*, que aquilo de valor constituído na experiência do encontro primeiro com o objeto, possa se revelar no e pelo trabalho de simbolização, processo essencial à apropriação subjetiva da própria experiência. Dito de outra forma, é em e por esse jogo que se pode discriminar, a *posteriori*, o que decorre da relação do objeto e o que decorre do uso do objeto. A relação de objeto tem lugar no

*rapport* primeiro, aquele decorrente do confronto com a alteridade do objeto, com sua parte não maleável. Já o uso do objeto, emprestado à simbolização, deriva da maneira pela qual o objeto apagou sua alteridade para ser usado para a atividade simbolizadora, tarefa assumida pelo objeto que se adequa para que esse processo se efetive. Portanto, é a *posteriori* e graças ao próprio jogo, que o intervalo entre relação de objeto e utilização do objeto vai se espaçando, na justa medida em que a relação com o objeto vai podendo ser liberada do peso do uso do objeto. Esse intervalo estimulará o trabalho do jogo, o qual, com a progressão da simbolização, vai estabelecendo a relação com o objeto.

Estamos diante de uma concepção da relação de objeto que só se estabelece a partir da evolução da capacidade de simbolização, sendo essa capacidade o fator determinante do tipo de relação de objeto possível. Relação de objeto e uso de objeto estão, dessa forma, em complementaridade, sujeitos à progressão da função simbolizante, sendo, ao mesmo tempo, diferenciadas, mas inseparáveis, uma não podendo ser pensada sem a outra.

Assim, pelo que nos propõe Roussillon (2012) acerca da função simbolizante do objeto, amplia-se o conceito de “mãe suficientemente boa” (Winnicott, 1990) na medida em que se valoriza o aspecto da adaptação materna às necessidades do bebê, o objeto deixando-se usar por ele, mas também se enfatiza a importância de a mãe marcar a diferença entre sua subjetividade e a do filho a fim de que, na diferença e na falta, se constitua a capacidade de simbolizar a alteridade e a frustração. Estabelecer-se-á, portanto, um jogo de presença/ausência que evoluirá junto com o psiquismo do *infans*, psiquismo primário que passará, aos poucos, de *usar* a subjetividade materna – seus recursos de simbolização e elaboração das experiências – para relacionar-se com ela.

Desta forma, é a partir das modalidades específicas de *rapport* com a simbolização, que se pode identificar como foi a experiência primária de encontro com os objetos e como se estabeleceram as singularidades do modo de presença desses objetos reconstruíveis na transferência, levando em conta as nuances da história e do exercício do princípio do prazer-desprazer ao longo dos tempos. Impedimentos na capacidade de lidar com a falta e a frustração podem estar revelando falhas na habilidade de simbolização e interrogam sobre a presença de um trauma primário, uma vivência de destruição do objeto ou falhas importantes no vínculo com ele. Assim, a indisponibilidade de palavras, de matéria para simbolizar, abre a questão sobre a arcaica disponibilidade do objeto. Também a estereotipia rígida das formulações ou do estilo da linguagem podem estar representando vivências primárias com a sensibilidade do objeto e o de suas zonas de insensibilidade.

## **Funcionamento autista ou Transtornos de Subjetivação Arcaica?**

Ao tomar-se como premissa que, para que um sujeito advenha, é necessário um tradutor das manifestações do *infans*, pressupõe-se que ler o corpo seria

o equivalente a ler a mente do bebê. Victor Guerra (2007) refere com clareza esta questão: sustenta que a mãe, ao se encontrar com seu bebê, precisaria construir uma linguagem própria com ele que lhe fosse prazerosa e gratificante. Este prazer de tradução possibilitaria criar um prazer de contato, uma estética da subjetivação a qual permitiria tolerar a violência do arcaico. O autor (Guerra, 2007) explica: para poder estabelecer um vínculo com o bebê, desalojando-se de seu *self* adulto, abandonando seu ritmo de vida cotidiano, a mãe deverá ser capaz de revisitar suas próprias experiências infantis, sua forma de comunicação primária, elaborando as sensações de fragilidade, incerteza e vulnerabilidade que esse contato suscita. Esse processo de retorno do arcaico na mãe, a partir de sua relação com seu bebê, Guerra (2007) denomina de regressão do enlace.

E quando a elaboração desse processo regressivo materno falha? E quando o intérprete do bebê não lhe consegue conferir significados? Seria apenas uma dificuldade empática ou alguma defesa contra angústias primitivas? É a partir deste ângulo que Guerra (2016) entende algumas das apresentações sintomáticas da atualidade confundidas com uma espécie de “epidemia” de Transtornos do Espectro Autista e, ainda mais especificamente, “epidemia” de crianças pequenas com suspeita de autismo. Seria fundamental interrogar-se sobre a precisão desses diagnósticos a partir de novas formas de articulação entre fatores constitucionais da criança e certas dificuldades nos vínculos intersubjetivos entre pais e filhos.

Propõe-se, então, revisitar as bases da construção da vida psíquica a partir de construtos relacionados à contribuição da intersubjetividade e do que Rousillon (2015) nomeou como metapsicologia da presença, a fim de vislumbrar possibilidades de entendimento e intervenção com crianças e seus cuidadores. Isso leva ao questionamento das modalidades de presença, bem como à investigação das mudanças na parentalidade e nos vínculos na contemporaneidade.

Assim sendo, desde o início da vida, o bebê está imerso em uma experiência rítmica com o outro. Toda a vida pressupõe a existência de ritmos que vão fazendo pulsar os momentos de união-separação, presença-ausência, continuidade-descontinuidade. Os intervalos desencadeiam angústias de descontinuidade e, à medida que o psiquismo se constitui, vai sendo capaz de elaborá-las a partir das marcas do prazer do reencontro com o objeto, tolerando suas eventuais ausências e antecipando seus retornos. O ritmo poderia ser entendido como uma das primeiras vivências de identidade, constituiria uma identidade rítmica, sendo uma vivência organizadora para o bebê e, junto às experiências sensoriais contidas, dar-lhe-iam as sensações primárias de uma unidade de *self* (Guerra, 2007). Na medida em que for respeitado e ampliado pela mãe, o ritmo lhe abre caminho para a capacidade de acalmar-se e para o prazer de pensar.

A valorização das relações primordiais na fundação saudável do psiquismo infantil não implica uma acusação parental: não se está falando de falhas em pais autistizantes, mas, com base no papel das séries complementares, pensa-se na inter-relação entre alguns dos possíveis fatores constitucionais do bebê

(hipersensibilidade sensorial, tendência ao evitamento relacional, dificuldade de integração das polissensorialidades e de reconhecimento das emoções nos tons de voz e nos gestos do rosto) e uma disritmia no encontro intersubjetivo com os pais.

Assim, no campo da psicanálise, tem-se uma longa tradição de demanda de tratamento para crianças com funcionamento autista com certos graus de elaboração e interação. São sujeitos que estariam no limite do diagnóstico: não se encaixam satisfatoriamente na lista de sintomas do quadro autista típico e, em pontos fundamentais como o da interação com o outro, podem manter durante algum tempo diferentes formas de contato intersubjetivo, mas que, após os 3 - 4 anos, entrariam em um “processo autistizante”.

Para Guerra (comunicação pessoal, 2014), na intervenção com bebês antes dos 2 anos, podem-se encontrar situações clínicas com certo grau de ambiguidade no diagnóstico, uma vez que o paciente apresenta certa interação com o outro e algum grau de acesso à intersubjetividade: presença de troca de olhares fugaz, capacidade de imaginação, aceitação das surpresas na interação, grau de atenção conjunta, de sintonia afetiva, de jogo em comum, esboço de assinalamentos. Em muitos destes casos, pensa-se em um quadro de evitamento relacional, na qual se articulam aspectos constitucionais e dificuldade de contato com o ambiente parental.

Winnicott (1971/1975) dizia que não há bebê sem mãe, e que, igualmente, não há mãe sem um bebê que a reclame libidinalmente e se abra ao circuito libidinal do encontro. O bebê também precisa se manifestar, provocando uma emoção estética de encanto a qual compensa a necessária violência que implica o cuidado de todo bebê. Guerra (2016) denominará dificuldades nesse encontro estético, fundamento da subjetivação do bebê, como Transtornos de Subjetivação Arcaica. Neles, o *infans* encontraria uma disritmia primária, uma forma de subjetivação falida – ou, melhor dito, dessubjetivação – por dificuldades na instauração da simbolização primária e impossibilidade de construção dos significantes arcaicos (Roussillon, 2012).

Roussillon (2012) pressupõe um traumatismo primário nesses desencontros mãe-bebê iniciais, explicando como tornariam traumática a experiência subjetiva. Esta é, então, clivada, mas ameaçando sempre retornar com maior ou menor intensidade, compelindo o eu a recorrer a soluções complementares para manter essa clivagem primária. As diversas tentativas de solução aplicadas contra o retorno da experiência clivada organizariam as diferentes formas dos quadros clínicos dos sofrimentos narcísico-identitários, sofrimentos que implicam consequências desagregadoras do sentimento de identidade do bebê. Assim, certas partes da vida psíquica não são recaláveis por não haver ainda psiquismo que as pudesse elaborar, integrar na subjetividade para então recalcar. É necessário dispor de outro mecanismo, a clivagem, para descrever sua situação tópica em relação ao eu. Essas experiências psíquicas cindidas, arcaicas e inacessíveis à consciência, afetam o narcisismo e a relação com a falta de uma maneira com-

pletamente diferente daquilo que é representado e recalçado, dando origem ao que Roussillon designa por sofrimentos narcísico-identitários, aqueles que se caracterizam mais pela falta de ser do que pela falta no ser, trazendo interrogantes importantes para se pensar as “características autistas” de alguns pacientes.

Por sua vez, Winnicott (1969/1990) acrescenta a ideia de uma experiência subjetiva em três tempos, X+Y+Z, referindo uma vivência que se torna traumática em função do tipo das respostas, ou da ausência de respostas, provenientes do ambiente. Esse esboço fornece uma base para se pensar a noção de traumatismo primário no seu desenvolvimento e em suas diferentes particularidades. O modelo adapta-se especialmente bem aos traumatismos precoces ou muito precoces, mas também vale para toda e qualquer experiência de desamparo ante um transbordamento. No primeiro tempo (X), precisamos conceber o aparelho psíquico como sendo ameaçado por uma excitação capaz de provocar um transbordamento em vista da imaturidade de meios para tramitá-la psiquicamente. Sob essa ameaça, a psique utiliza recursos incipientes para tentar ligar ou evacuar o fluxo das quantidades: conforme a idade ou grau de maturidade, ocorrerão tentativas de ligação – com o auxílio da satisfação alucinatória do desejo, dos autoerotismos – ou de descarga - pelo exercício do campo motor ou da destrutividade.

É esse fracasso que leva ao tempo seguinte, o tempo X+Y: o esgotamento das tentativas de solução pela descarga e o fracasso dos recursos internos da alucinação e autoerotismo que não resolvem a necessidade, desencadeia um estado de desamparo primário, estado de tensão e de desprazer intenso, sem saída interna, sem fim nem representação. Se o estado de desamparo primário vier acompanhado por traços mnésicos de experiências de satisfação em relação a um objeto, ele se torna então um estado de falta, um estado de esperança em relação à reapresentação de um objeto de recurso. Se o objeto de recurso sobreviver ao desamparo e à falta, isto é, se ele fornecer em tempo a resposta que satisfaça o estado de tensão, esta resposta do objeto fornece a base de um contrato narcísico com o objeto. Conforme este contrato, o objeto será investido como objeto da falta se ele assegurar, por sua presença, um conforto para os estados de desamparo. O objeto será amado por sua presença, faltará em sua ausência e será odiado por isso, sendo, portanto, o objeto de um conflito de ambivalência amor e ódio. Para Aulagnier (1979/1985), um contrato narcísico assegura a base de um processo de socialização fundado no reconhecimento da falta do outro e, mais tarde, da falta do outro no outro, sendo gerador de relação de objeto e de sua organização triangulada. A outra face do contrato narcísico é aquela do preço a pagar para assegurar-se do recurso ao objeto em caso de necessidade. O preço mínimo a pagar é a aceitação de certa dependência e o testemunho do conflito de ambivalência que a acompanha, o ganho é a ligação mantida mesmo em sua ausência do objeto, ou seja, o contrato narcísico.

Porém, os objetos podem exigir mais do sujeito para a manutenção do contrato narcísico: podem atrelar o seu recurso e o seu afeto a uma série de condições, as quais passam a fazer parte do preço a pagar para a manutenção do

reconhecimento narcísico implícito ao contrato. As alianças patológicas que então se estabelecem podem ser consideradas a base das organizações que Winnicott (1971/1975) chama de falso *self*. O preço a pagar pode ser tão alienante, que ameaça a própria existência de um contrato narcísico possível, o qual não consegue instaurar-se ou só consegue fazê-lo parcialmente.

Se o objeto não se apresentar ou se a resposta que ele fornecer à necessidade e ao desamparo for muito insatisfatória, o estado de falta se degrada sob o efeito da raiva impotente que mobiliza e passa-se, então, ao tempo X+Y+Z. O estado de desamparo primário e de falta do objeto dura um tempo Z, além do suportável, agrava-se num estado traumático primário. Segundo Roussillon (2006), esses estados de desamparo primário são experiências de tensão e desprazer sem representação (o que não quer dizer sem percepção nem sem sensação), ou seja, sem recurso interno (estes se esgotaram) nem recurso externo (estes falharam), estados que vão além da falta e da esperança, provocando um desespero existencial que ameaça a subjetividade e a organização psíquica. A única saída para essa situação de impasse é paradoxal: para sobreviver, o sujeito retira-se da experiência traumática primária e do estado de desamparo vivenciado, mas ao preço de apartar-se de sua subjetividade. Diferentemente do que propõe Freud (1938/1987) em “Esboço de psicanálise” e em “A divisão do eu no processo de defesa” (Freud, 1940/1987), escritos em que esse processo de retirada para fora de si advém de uma clivagem feita pelo eu, o conceito de clivagem aqui referido caracteriza uma defesa que opera por algum recuo da subjetivação, pois que o eu se cliva de uma experiência vivida, mas não vivenciada, a qual deveria ter sido “parte de si mesmo”, mas não integrada porque não simbolizada. Dito de outra forma, o desamparo foi experienciado, deixando, portanto, traços mnésicos, mas, uma vez não metabolizado, não pode, como preconiza Winnicott (1971/1975), ser posto no presente do eu. Isso constituiria um processo mais abrangente do que a clivagem referida por Freud (1940/1987), a qual descreve a ruptura de um eu cindido entre duas cadeias representativas incompatíveis entre si. A clivagem de que fala Roussillon (2012) divide a própria subjetividade entre uma parte integrada e uma parte não integrada, sendo mais uma clivagem no eu do que uma clivagem do eu. Seria, então, importante ter em mente, ao se avaliar casos clínicos de difícil diagnóstico, o sofrimento narcísico-identitário e seu precursor, o desamparo primário, situação psíquica em que a clivagem não foi usada apenas como processo de defesa arcaico e adaptativo, mas se estabelece como um modo de funcionamento característico de uma organização psíquica nomeada de patologia do narcisismo (Roussillon, 2006).

Além de descrever esse modo de subjetivação de um narcisismo malconstituído, Roussillon (2006) aponta o quanto o investimento nos objetos ameaça a subjetividade com um possível retorno da experiência traumática e do estado de desamparo primário, acionando uma angústia arcaica que acompanha a possibilidade de o clivado retornar. Como esse clivado nunca fora representado, seu retorno também não será de natureza representativa, o que faz ser em ato os efei-

tos de sua volta, reproduzindo o próprio estado traumático. A clivagem, portanto, não resolve, é necessário repeti-la, mobilizando várias defesas contra o retorno do estado traumático anterior. São essas defesas complementares, exercidas pela psique para tentar ligar e bloquear o retorno do clivado, que vão caracterizar o quadro clínico das chamadas defesas narcísicas. Elas são primitivas e buscam o mais arcaico estado de homeostase: o retorno ao estado anterior X+Y, aquele em que um contrato narcísico satisfatório ainda pode se estabelecer com o objeto (Aulagnier, 1979/1985). Em presença do contrato narcísico alienante, haverá ameaça de catástrofe psíquica e ocorrerá uma rendição às condições contratuais imposta pelo objeto, aceitando submeter-se às suas forças dessubjetivantes para com ele manter a aliança, acabando por ter amputada uma parte de si mesmo.

Deve-se ressaltar que a alienação de uma parte da psique em tarefas defensivas não permite que o sujeito retire benefícios narcísicos primários da experiência. Esse é o preço a pagar para garantir a sobrevivência psíquica. E é esse empobrecimento do eu, sempre mais ou menos presente, que pode estar como pano de fundo nos quadros clínicos que chegam como demanda de tratamento para funcionamentos que parecem remeter ao espectro do autismo. Os sintomas podem estar falando, porém, de que ocorreu um primeiro tipo de ligação primária não simbólica advinda do que Roussillon (2006) chamou de neutralização energética: uma tentativa de neutralizar o retorno do clivado através de uma organização da vida psíquica destinada a restringir tanto quanto possível os investimentos de objeto e as relações que possam reativar a zona traumática primária e o estado degenerativo de falta que a acompanhou. Toda falta que apresente o risco de reinvestir o estado traumático, toda relação que possa gerar um retorno dessa falta será evitada ou congelada, de modo que qualquer engajamento será restringido e, com ele, a vida que o acompanha. A neutralização pode ser utilizada como mecanismo complementar da organização narcísica e pode estar presente nesses casos de alteração do desenvolvimento relacional.

Segundo Roussillon (2006), a proteção narcísica é obtida através de um desarranjo do registro do prazer e do desprazer. A clivagem é desconstruída e mantida, de certa maneira, por esse procedimento, graças à confusão e à inversão do bom e do mau: o sujeito busca o reencontro com a impotência e o desamparo da vivência agonizante.

## **Conclusão**

Nestas situações dessubjetivantes, a psique se confronta com o fracasso na tentativa de integrar suas experiências traumáticas. Aguarda, então, o momento em que um objeto suficientemente bom venha reavivar parte desta subjetividade que teve que clivar. Dentro de uma experiência rítmica, em sintonia afetiva, nas modalidades de presença e através da função simbolizante do objeto, pode-se vislumbrar um caminho rumo à reorganização dos afetos e possível representação de seus traumas precoces.

A função reflexiva seria uma adaptação do cuidador às necessidades do *infans*, e vice-versa, essencial nos processos de simbolização; dentro de uma narrativa coerente, representativa e integradora acerca dos afetos traumáticos. Sua falha acarreta em uma descontinuidade nos processos representativos e na expressão dos afetos.

## Referências

- Aulagnier, P. (1979). *A violência da interpretação*. Imago Ed.
- Bion, W. (1979). *Estudos Psicanalíticos Revisados*. Imago Ed.
- Deleuze, G. (2006). *A ilha deserta e outros textos*. Editora Iluminuras.
- Fonagy, P., & Bateman, A.W. (2006). Mechanisms of Change in Mentalization Based Treatment of BPD. *Journal of Clinical Psychology*, 62(4), 411- 430.
- Fonagy, P., Gergely, G., Jurist, E., & Target, M. (2004). *Affect Regulation, Mentalization and the Development of the Self*. Other Press LLC.
- Fonagy, P., Gergely, G., & Target, M. (2007). The parent–infant dyad and the construction of the subjective self. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 48(3), 288-328.
- Fonagy, P., Target, M., Gergely, G., Allen, J. G., & Bateman, A. (2003). The developmental roots of borderline personality disorder in early attachment relationships: A theory and some evidence. *Psychoanalytic Inquiry*, 23, 412-459.
- Freud, S. (1938/1987). *Esboço de psicanálise*. Editora Standard das Obras Completas de Sigmund Freud. Vol. XXIII. Imago Ed.
- \_\_\_\_\_. (1938/1987). *A divisão do ego no processo de defesa*. Editora Standard das Obras Completas de Sigmund Freud. Vol. XXIII. Imago Ed.
- \_\_\_\_\_. (1915/1987). *Pulsões e seus destinos*. Editora Standard das Obras Completas de Sigmund Freud. Vol. XIV. Imago Ed.
- \_\_\_\_\_. (1920/1987). *Além do princípio do prazer*. Editora Standard das Obras Completas de Sigmund Freud. Vol. XVIII. Imago Ed.
- \_\_\_\_\_. (1895/1987). *Projeto para uma Psicologia Científica*. Editora Standard das Obras Completas de Sigmund Freud. Vol. I. Imago Ed.
- Guerra, V. (2017). Diferentes funciones del ritmo en la subjetivación y en la creación. *Revista Caliban*, 15(1).
- \_\_\_\_\_. (2016). Formas de des(subjetivação) infantil em tempos de aceleração: os Transtornos de Subjetivação Arcaica. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 23(1).
- Roussillon, R. (2006). *Paradoxos e situações limites da Psicanálise*. Editora Unisinos.
- \_\_\_\_\_. (2015). A função simbolizante. *Jornal de Psicanálise*, 48(89).
- \_\_\_\_\_. (2012). O desamparo e as tentativas de solução para o traumatismo primário. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 19(2), 271-295.
- Winnicott, D. (1975). *O brincar e a realidade*. Imago Ed.
- \_\_\_\_\_. (1994). *Explorações Psicanalíticas*. O uso do objeto. Imago Ed.
- \_\_\_\_\_. (1990). *Natureza Humana*. Imago Ed.